

Cuiabá - MT, 04 de maio de 2023.

Aos acionistas da  
**ÁLAMO SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A.**

Senhores Acionistas,

A Administração da **ÁLAMO SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A.**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, relativas ao período de 31 de dezembro de 2022 comparadas a 31 de dezembro de 2021.

Atenciosamente,

**ÁLAMO SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A.**

*Diretor Presidente*  
*André Rodrigo Benedetti*

**Balanco Patrimonial dos Exercícios findos em:**

(em Reais)

<b><u>ATIVO</u></b>	<b><u>Notas</u></b>	<b><u>31/12/2022</u></b>	<b><u>31/12/2021</u></b>
<b>Ativo Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.497.671	916.708
Direitos creditórios	6	15.524.855	11.567.160
Impostos a Compensar		2.818	36.103
Outros créditos		40.936	2.541
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>17.066.280</b>	<b>12.522.512</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>			
Imobilizado	7	20.066	30.362
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>20.066</b>	<b>30.362</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>17.086.346</b>	<b>12.552.874</b>
<b><u>PASSIVO</u></b>			
<b>Passivo Circulante</b>			
Obrigações trabalhistas		26.248	13.124
Obrigações tributárias		9.667	12.159
Outros créditos	8	318.542	153.062
Partes relacionadas	9	851.829	707.794
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>1.206.286</b>	<b>886.139</b>
<b>Passivo não Circulante</b>			
Debêntures	10	15.662.854	11.652.230
<b>Total do Passivo não Circulante</b>		<b>15.662.854</b>	<b>11.652.230</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
	11		
Capital Social Subscrito		10.000	10.000
(-) Capital Social a integralizar		(9.000)	(9.000)
Reserva Legal		200	200
Reserva de lucros		216.006	13.305
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>217.206</b>	<b>14.505</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>17.086.346</b>	<b>12.552.874</b>

**Demonstração do Resultado dos períodos findos em:**

(Em Reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Receitas operacionais</b>		<b>1.854.867</b>	<b>1.369.137</b>
Receita de Securitização		1.543.901	1.278.655
Receita de Serviço		310.966	90.482
(-) Deduções da Receita		(100.443)	(63.017)
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>1.754.424</b>	<b>1.306.120</b>
<b>Despesas Operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas		(1.616.054)	(1.483.345)
<b>Total das despesas operacionais</b>	<b>12</b>	<b>(1.616.054)</b>	<b>(1.483.345)</b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>	<b>12</b>	<b>138.370</b>	<b>(177.225)</b>
Despesas Financeiras		(122.464)	(94.548)
Receitas Financeiras		274.031	174.475
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>13</b>	<b>151.567</b>	<b>79.927</b>
<b>Resultado antes das provisões</b>		<b>289.937</b>	<b>(97.298)</b>
(-) Provisão para contribuição social		(28.945)	
(-) Provisão para imposto de renda		(58.291)	
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>202.701</b>	<b>(97.298)</b>

**ÁLAMO SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A.**  
**CNPJ: 31.219.201/0001-08**

---

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos períodos findos em:**  
(Em Reais)

	<b>Capital Social Subscrito</b>	<b>(-) Capital Social a integralizar</b>	<b>Reserva Legal</b>	<b>Resultados Acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>10.000</b>	<b>(9.000)</b>	<b>200</b>	<b>110.603</b>	<b>111.803</b>
Resultado do Exercício				(97.298)	(97.298)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>10.000</b>	<b>(9.000)</b>	<b>200</b>	<b>13.305</b>	<b>14.505</b>
Resultado do Exercício				202.701	202.701
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>10.000</b>	<b>(9.000)</b>	<b>200</b>	<b>216.006</b>	<b>217.206</b>

**Demonstração do Fluxo de Caixa dos períodos findos em:**  
(Em Reais)

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro líquido antes do IRPJ e CSLL	289.937	(97.298)
Ajustado por:		
Despesas com depreciação	10.536	16.480
Remuneração debêntures	4.062.624	2.500.030
	<b>4.363.097</b>	<b>2.419.212</b>
<b>(Aumento)/Diminuição das contas ativas</b>		
Direitos creditórios	(3.957.695)	(6.581.953)
Impostos a compensar	33.285	
Outros créditos	(38.395)	(2.541)
<b>Aumento/(Diminuição) das contas passivas</b>		
Obrigações Trabalhistas	13.124	(25.639)
Obrigações Tributárias (exceto IRPJ e CSLL)	(2.492)	(145.417)
Outros Créditos	165.480	184.350
<b>Caixa usado nas operações</b>	<b>576.404</b>	<b>(4.151.988)</b>
- Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(87.236)	-
<b>Caixa proveniente/(usado) nas operações</b>	<b>489.168</b>	<b>(4.151.988)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aquisição de Imobilizado	(240)	
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos</b>	<b>(240)</b>	<b>-</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Ingresso decorrente de empréstimos e financiamentos	1.443.400	1.133.126
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(1.299.365)	(425.332)
Integralização de Debêntures	48.000	2.480.000
Resgate de Debêntures	(100.000)	(5.605.200)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>92.035</b>	<b>(2.417.406)</b>
<b>AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES</b>	<b>580.963</b>	<b>(6.569.394)</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa no início do período</b>	<b>916.708</b>	<b>7.486.102</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do período</b>	<b>1.497.671</b>	<b>916.708</b>

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022.**

**1) Contexto Operacional**

---

A Álamo Securitizadora de Créditos S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em 14 de agosto de 2018 e tem por objeto específico a exploração do negócio de (I) securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, financeiros, agronegócio e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação das respectivas garantias em créditos imobiliários; (II) emissão e colocação no mercado privado (sem intermediação de instituição financeira) de títulos, valores mobiliários e de certificados de recebíveis imobiliários (“CRI”); (III) prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de títulos e valores mobiliários; (IV) prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações no mercado secundário de créditos imobiliários, de acordo com a Lei 9.514 de 20.11.1997 e das normas que vieram a alterá-la, substituí-la ou complementá-la; (V) realização de negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados a atividade de securitização de créditos. A companhia é tributada pelo Lucro Real e tem sede na Rua Senador Vilas Boas, número 219, Bairro Popular, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, CEP: 78.045-430.

**2) RISCOS**

---

**2.1 Risco de mercado**

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

**2.2 Risco de Liquidez:**

Risco de Liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com as

obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos em um montante equivalente as saídas de caixa para liquidação de seus passivos e obrigações de curto prazo.

**2.3 Política anti-inflacionária:**

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia.

**2.4 Risco institucional:**

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da autorregulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

**2.5 Risco fiscal**

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2023 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

**2.6 PIS/ COFINS:**

São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2023, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco de a operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas

jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da “não cumulatividade” elevando demasiadamente as alíquotas – PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% – ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes.

**2.7 Risco Operacional:**

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

**2.8 Direitos Creditórios:**

O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%.

**2.9 Risco de Crédito:**

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

**2.10 Inadimplência:**

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

### 3) Apresentação das demonstrações financeiras

---

#### **Declaração de conformidade:**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao Pronunciamento Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – CPC 00 – e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022 incluem as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07, e pela Lei 11.941/09, que alteraram a Lei 6.404/76 nos artigos relativos à elaboração das demonstrações contábeis.

Dentre os Pronunciamentos, as interpretações e as orientações do CPC, destacamos:

CPC 00 (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro

CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos

CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa

CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas

CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro

CPC 24 – Evento subsequente

CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis

CPC 27 (R1) – Ativo imobilizado

CPC 32 – Tributos sobre o Lucro

CPC 48 – Instrumentos Financeiros

#### **Continuidade**

A administração concluiu não haver incertezas materiais sobre a continuidade dos negócios, sendo que avalia que possui habilidade em continuar operando normalmente e pretende dar continuidade aos negócios. As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e, assim irá manter-se por um futuro previsível, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações contábeis, não ficou

---

caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações.

#### 4) Principais práticas contábeis

---

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

##### 4.1. Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia, conforme critérios previstos nos itens 9 a 14 da NBC TG 02 (R3) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

##### 4.2. Reconhecimento de receita

###### i. Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos serviços, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

###### ii. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou

passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

iii. Receita de securitização

O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no *spread* realizado.

**4.3. Reconhecimento de Despesas**

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo, em conformidade com o previsto na ITG 2000 (R1) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

**4.4. Impostos e contribuições**

4.4.1. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

4.4.2. Imposto sobre serviços, Pis e Cofins

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as **Companhias Securitizadoras de Crédito**.

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2% a 5%;

#### **4.5. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração**

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

A prática contábil adotada para os instrumentos financeiros foi pautada no que determinam as normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade: NBC TG 39 (R5), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48.

#### **4.6. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos**

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

#### **4.7. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 não identificou ajustes a serem contabilizados.

#### **4.8. Provisão para redução ao valor de recuperação de direitos creditórios**

Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, que requer a análise da carteira

quanto ao atraso das operações, conforme regras e procedimentos definidos na Instrução normativa 1.700 da Receita Federal em seu art. 71.

Para o período findo em 31 de dezembro de 2022 a administração não identificou nenhuma situação para que sejam consideradas as Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa.

#### **4.9. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

#### **4.10. Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

#### **4.11. Tributos a compensar**

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência.

---

A Companhia deverá manter controles extracontábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

#### **4.12. Imobilizado**

A política de reconhecimento e mensuração de ativo imobilizado foi construída pela empresa a partir das diretrizes da NBC TG 27 (R4) do CFC – Conselho Federal de Contabilidade. O reconhecimento se deu pelo valor do custo de aquisição ou construção, acrescido quando aplicável de juros durante o período de construção, deduzido da depreciação acumulada. Foram considerados imobilizados os ativos tangíveis que são mantidos para uso ou para fins administrativos e que se espera que sejam utilizados durante mais do que um período. O reconhecimento dos itens do imobilizado se deu quando existia probabilidade de benefício econômico futuro para a empresa e o custo do item foi mensurado de maneira confiável e ainda quando a empresa assumia substancialmente os riscos, os benefícios e o controle de tais ativos, dentro da primazia da essência sobre a forma.

A mensuração dos itens do imobilizado, a formação do custo, foi realizada da seguinte forma: preço de compra, incluindo os tributos não recuperáveis e todos os demais custos até o ponto de o imobilizado estar em condições de uso. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem e o valor residual.

#### **4.13. Informações por segmento**

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

#### **4.14. Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

#### **4.15. Eventos subsequentes**

A Administração da Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e impactante foi constatado. Assim nenhum ajuste de saldo se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes.

### **5. Caixa e Equivalentes de Caixa**

---

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Caixa	490.125	181.006
Bancos	997.546	695.642
Aplicação financeira	10.000	35.000
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.497.671</b>	<b>916.708</b>

### **6. Direitos Creditórios**

O saldo de Direitos Creditórios a receber é composto por direitos de créditos adquiridos de empresas originadoras, dos segmentos industriais, comerciais e da prestação de serviços. Os valores são escriturados pelo valor de face dos Direitos Creditórios a receber,

devido ao fato do prazo médio da carteira ser inferior a 180 dias, a empresa optou por não reconhecer o ajuste a valor presente, requerido pelo CPC 12.

A administração a Companhia avaliou os direitos creditórios e optou pela não realização da provisão para devedores duvidosos.

A Companhia não está substancialmente exposta à variação do fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de cessão, assumir obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação.

- i. Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.
- ii. Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administração e deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o disposto na escritura de emissão de debêntures, associado aos direitos creditórios objeto da operação.

Posição sintética de direitos creditórios relativa as operações sem aquisição substancial de riscos estão representadas por:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Direitos Creditórios a Receber	15.524.855	11.567.160
<b>Total dos Direitos Creditórios a Receber</b>	<b>15.524.855</b>	<b>11.567.160</b>

## 7. Imobilizado

A conta de “imobilizado” é composta por:

Descrição	Custo de Aquisição	Depreciação	Residual 31/12/2022	Residual 31/12/2021
Móveis e utensílios	850	(277)	573	658
Máquinas e Equipamentos	5.456	(2.013)	3.443	3.989
Equipamentos de Informática	20.101	(13.168)	6.933	10.358
Veículos	31.200	(22.083)	9.117	15.357
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>57.607</b>	<b>(37.541)</b>	<b>20.066</b>	<b>30.362</b>

## 8. Outros Créditos

O saldo de “Outros Créditos” refere-se a adiantamento de clientes para futuras operações, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento de clientes	318.542	153.062
<b>Total de Outros Créditos</b>	<b>318.542</b>	<b>153.062</b>

## 9. Partes Relacionadas

O saldo de “Partes Relacionadas” está composto por valores recebidos de acionistas, conforme abaixo:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento de acionistas	754.000	707.794
Empréstimos diversos	97.829	
<b>Total de Partes relacionadas</b>	<b>851.829</b>	<b>707.794</b>

## 10. Debêntures

A Companhia realizou 01 (uma) emissão de debêntures até o encerramento do exercício, sendo assim:

- A 1ª (primeira) emissão privada de debêntures, em 04 (quatro) de dezembro de 2018, onde foram emitidas 1.000 (mil) debêntures simples não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$10.000.000,00 (Dez milhões de reais), realizada em série única. As debêntures terão vencimento de 240 (Duzentos e quarenta meses) meses, contados a partir da data de emissão anteriormente estabelecida. A base de remuneração do valor unitário das debêntures fará jus à remuneração variável e será calculada com base no desempenho dos títulos da sua respectiva carteira e garantia, descontando a taxa de administração de 30% (trinta por cento).

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
1ª (primeira) emissão	17.320000	10.000.000
(-) Debêntures a integralizar – 1ª emissão	(10.000.000)	(2.628.000)
Remuneração – 1ª emissão	8.342.854	4.280.230
<b>Total de títulos e valores mobiliários</b>	<b>15.662.854</b>	<b>11.652.230</b>

## 11. Patrimônio Líquido

### Capital Social

O Capital Subscrito é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Porém o valor integralizado é R\$ 1.000,00 (mil reais), faltando integralizar o montante de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), o que será efetuado nos próximos meses.

### Resultado do exercício

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia auferiu um lucro no valor de R\$ 202.701 (duzentos e dois mil, setecentos e um reais), ficando a disposição da administração para futuras destinações.

## 12. Resultado Operacional

O Resultado Operacional é composto de receitas operacionais deduzidas às despesas operacionais, composto por:

Descrição (em reais)	31/12/2022	31/12/2021
<b>Receitas operacionais</b>	<b>1.754.424</b>	<b>1.306.120</b>
Receita de Securitização	1.543.901	1.278.655
Receita de Serviços	310.966	90.482
(-) COFINS	(86.403)	(54.950)
(-) PIS	(14.040)	(8.067)
<b>Despesas operacionais</b>	<b>(1.616.054)</b>	<b>(1.483.345)</b>
Despesas Gerais e Administrativas	(1.616.054)	(1.483.345)
<b>Resultado operacional líquido</b>	<b>138.370</b>	<b>(177.225)</b>

## 13. Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, composto por:

Descrição (em reais)	31/12/2022	31/12/2021
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>274.031</b>	<b>174.475</b>
Receitas aplicações financeiras	34	51.388
Juros Ativos	273.997	123.087
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(122.464)</b>	<b>(94.548)</b>
Despesas bancárias	(78.376)	(53.678)
Encargos financeiros	(562)	(7.712)
Desconto Concedidos	(3.167)	-
Tarifas	(39.933)	-
Juros	(426)	(33.158)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>151.567</b>	<b>79.927</b>

#### 14. Instrumentos Financeiros

---

Os instrumentos financeiros atualmente utilizados pela companhia estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, Direitos Creditórios a receber, Títulos e valores mobiliários, todos realizados em condições usuais de mercado, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis considerando-se os critérios descritos no item 2. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

*Valorização dos instrumentos financeiros:*

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022, bem como os critérios para sua valorização, são descritos a seguir:

**Caixa e equivalentes de caixa (nota 5):** os saldos mantidos em contas correntes bancárias encontram-se ajustados de acordo com o valor da cota divulgada.

**Direitos Creditórios (nota 6):** são avaliados no momento inicial pelo valor de face dos títulos adquiridos.

**Títulos e valores mobiliários (nota 10):** considerando a natureza dos débitos específicos, não há valor de mercado comparável com os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2022.

Cuiabá - MT, 04 de maio de 2023.

---

**André Rodrigo Benedetti**  
Diretor Presidente

---

**Eduardo Wasilewski**  
CRC/MT: 002438/O-1  
Contador